

O papelão do ministro e o plebiscito da dívida externa

“O governo FHC-Malan expôs o país ao cassino financeiro globalizado.” Por **Aloizio Mercadante**

O Partido dos Trabalhadores foi atacado pelo ministro Pedro Malan como responsável por promover o Plebiscito da Dívida Externa que, segundo Malan, seria uma “baboseira” e um “besteiral”. A CNBB foi diretamente ao presidente Fernando Henrique Cardoso afirmar que era a promotora da consulta popular e pedia respeito e isenção por parte do governo. O PT reafirmou publicamente que apoiava a iniciativa e ajudaria a viabilizá-la. Não foi o suficiente. Agora, o ministro volta a carga em uma atitude oportunista e covarde, afirmando que “a CNBB está agindo de boa fé, o problema é o PT”.

Em primeiro lugar, apoiamos a iniciativa da CNBB pela credibilidade dessa instituição e porque consideramos relevante propor um amplo debate sobre a natureza do atual modelo econômico e a gravidade do processo de endividamento do país. Não é um tema fácil para a população, mas o plebiscito gera estímulo ao debate e milhares de eventos surgiram em função dessa iniciativa.

A primeira pergunta do plebiscito é se o acordo do Fundo Monetário Internacional deve ser mantido. É evidente que essa é uma discussão oportuna. Vivemos sob o controle da política ortodoxa e monetarista do Fundo Monetário Internacional. Por sinal, ficamos nessa situação ao longo de todo os anos 80, a chamada década perdida, com estagnação econômica e inflação elevada. Na crise da Ásia, a melhor resposta ao vendaval financeiro foi a da Malásia, que não se submeteu ao FMI, centralizou o câmbio, impediu a fuga desorganizada de capitais, depois voltou organizadamente ao mercado financeiro e cresce a 10% ao ano nos últimos 12 meses — a mesma ousadia que defendemos no calor da crise para o Brasil. Mas o governo FHC-Malan, que gerou um brutal déficit de transações correntes no balanço de pagamentos e expôs o país ao cassino financeiro globalizado, preferiu a resposta de Wall Street. Fuga de capitais privados, ataque especu-

lativo contra a moeda e a socialização dos prejuízos nas finanças públicas. Os grandes bancos foram devidamente “avisados” da mudança de política cambial com “a banda diagonal endógena”, e os que não foram tiveram tratamento especial, como as doações ao Marka e Fontecindam. Além disso, o Banco Central bancou o jogo contra a moeda na BM&F, permitindo ganhos fantásticos aos que especulavam contra a moeda nacional, e nada foi apurado. Isso para não falar do impacto no orçamento dos títulos públicos indexados em dó-

O plebiscito incomoda o ministro, mas o seu governo incomoda muito mais o país, pelo rebaixamento ético

lar. Quem está pagando a conta da política econômica do governo FHC-Malan-Chico Lopes é o povo, sob a supervisão do FMI.

A segunda pergunta defende uma auditoria da dívida externa, que era uma exigência da Constituição de 1988, no artigo 26 das disposições transitórias, que nunca foi efetivada. Conhecer a natureza do endividamento externo permitiria ao país compreender o custo deste período de populismo cambial promovido pela âncora cambial de FHC-Malan: a destruição de parte da estrutura produtiva do país, o desemprego em massa, a deterioração do saldo comercial, a desnacionalização acelerada da economia e as taxas medíocres de crescimento econômico. Ajudaria também na compreensão de que a dívida externa hoje é predominantemente privada, não tem a mesma natureza da década de 80 e não pode ter o mesmo tratamento. Não está sendo proposto o calote como sugere o ministro, mas a auditoria e transparência, recolocando o problema da vulnerabilidade externa do país no debate econômico nacional.

A terceira pergunta do plebiscito é se “o orçamento público

nos três níveis de governo deve continuar pagando a dívida interna aos especuladores”. A maneira como está formulada a questão não ajuda um debate necessário sobre o endividamento interno. O PT não defende e nunca defendeu a moratória da dívida interna. No giro da dívida interna, não há como separar o que é capital de giro, capital especulativo ou poupança familiar. Mas não aceitamos a continuidade do processo de endividamento acelerado, promovido pelo encilhamento entre entrada de capitais externos e esterilização monetária através da emissão de títulos públicos. O Banco Central não pode mais continuar a emitir títulos da dívida pública pelo Tesouro Nacional sem qualquer restrição ou controle. O país não pode aceitar a continuidade do desfinanciamento do Estado pela articulação atual entre a entrada de capitais externos e o endividamento interno. A dívida interna, que estava em R\$ 61 bilhões no início do governo FHC-Malan, supera os R\$ 480 bilhões. As taxas de juros praticadas neste período foram absolutamente irresponsáveis, alimentando a fragilização das finanças públicas, apesar deste governo ter privatizado dois terços do patrimônio público e elevado em 76% a carga nominal de impostos.

Devemos discutir um novo padrão de financiamento da economia brasileira, a redução das taxas de juros e o resgate do orçamento para o investimento e as políticas sociais, mas nada disso se fará com uma eventual moratória da dívida interna, que não faz parte das propostas do Partido dos Trabalhadores e não está no debate econômico nacional.

O plebiscito incomoda muito o ministro, mas o seu governo está incomodando muito mais o país, pelo rebaixamento ético, pela desconstituição da nação e porque continua hipotecando o futuro.

Aloizio Mercadante Oliva, economista e professor universitário licenciado da PUC-SP e Unicamp, é deputado federal e líder do PT na Câmara Federal.

31 AGO 2001

VAROZ E ECONOMIA